

4ª ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ADMINISTRATIVO – 2026

Aos vinte e nove dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e seis, às quatorze horas, reuniram-se o Conselho Administrativo em conjunto com o Conselho Fiscal, do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Santo Amaro da Imperatriz – IPRESANTOAMARO, na sede do Instituto de Previdência, sito à Rua Frei Fidêncio Feldmann, nº 374, Centro, neste município em reunião ordinária. Presentes à reunião a Diretora Executiva, senhora Luciana de Oliveira e os membros do Conselho Administrativo os senhores João Romulo de Azevedo Phillipi, Aurineide Besen Pereira, Alecsandra da Cunha e Ana Paula Kuhnen Martins, presente também na reunião o aposentado Amauri Elói Machado. A Diretora iniciou a reunião agradecendo a presença de todos e elencou os itens da pauta, sendo: 1) Reunião online com a SMI Consultoria sobre o Estudo de ALM; 2) Apuração do Resultado Financeiro do mês de março/2026; 3) sobre as aplicações e resgates efetuados no mês de março/2026; 4) Cálculo Atuarial; 5) Sobre a retratação na tribuna da Câmara Municipal do vereador Sérgio Yoshikazu Itioka; 6) sobre os documentos no CADPREV para obtenção do CRP e 7) aposentadorias do mês abril/2026. A SMI Consultoria entrou online na reunião com os economistas senhores Rafael Demeneghi, Eduardo Barão e Ernesto Lesan, para apresentação do Estudo de ALM (Asset Liability Management). O Estudo é pautado em três pilares fundamentais: o passivo, os ativos e cenário econômico. A avaliação atuarial fornece as informações relacionadas ao passivo do RPPS, especialmente no que se refere as obrigações futuras do plano. O relatório de investimentos, por sua vez, apresenta os dados referentes à carteira atual e a composição dos ativos. Já o cenário econômico contempla a dinâmica e as perspectivas das classes de investimentos disponíveis, servindo como base para as projeções utilizadas no estudo. O estudo de ALM tem como objetivo identificar a melhor combinação de ativos financeiros (carteira de investimentos) que tenha como rentabilidade esperada um valor suficiente para cobertura do compromisso atuarial do RPPS. Sobre os resultados de otimização da carteira, como o objetivo do IPRESANTOAMARO é alcançar a meta de rentabilidade definida na Política de Investimentos, formada pelo índice de inflação INPC acrescido de uma taxa de retorno esperado de 5,61%. O estudo de ALM, através de seu algoritmo, apresenta o resultado de uma carteira compatível com a meta de rentabilidade estabelecida, com um retorno real médio esperado de 6,28% com a menor volatilidade anualizada possível, 0,886%. Em relação ao enquadramento à Resolução 5.272/2025 com a PI, como o IPRESANTOAMARO não possui certificação do Pró-Gestão RPPS, o parecer sobre este enquadramento é que na política de investimentos, constatam-se desenquadramentos passivos por excessos aos limites estabelecidos para o art. 7º, inc. III, para o art. 7º, inc. IV, para o art. 7º inc IX, para o somatório dos incisos VII, VIII e IX do art. 7º, para o somatório do art. 8º inc. I, para o art. 8º inc. I, para o somatório do art. 10, para o art. 10, inc I, e para o somatório dos art. 8º, 10 e 11. Ocorreram desenquadramentos passivos frente à Resolução, devido ao volume de recursos investidos no art. 7º inc. III, no art 7º,

inc V, no art. 7º inc. IX, no somatório do art. 10, no art. 10, inc. I e, no somatório dos art. 8º, 10 e 11. A diretora comentou que o estudo foi enviado em pdf para o Instituto, impresso e está a disposição de todos os conselheiros. Alguns conselheiros fizeram perguntas ao pessoal da SMI para tirar suas dúvidas e em seguida a Diretora agradeceu aos economistas pela apresentação do estudo de ALM, bem como as sugestões apresentadas para compra de NTN-Bs em leilão do Banco do Brasil. A seguir a Diretora apresentou o novo relatório elaborado pela SMI da Apuração do Resultado Financeiro do mês de março/2026, com o Fundo Previdenciário apresentando o valor de R\$ 113.881.930,63 e o Fundo Financeiro apresentando o resultado de R\$ 325.360,88, totalizando a somatória de R\$ 114.207.291,51 (cento e quatorze milhões duzentos e sete mil duzentos e noventa e um reais e cinquenta e um centavos). Na data de 17/03/2026 foi realizado Resgate no Fundo Caixa Brasil Títulos Públicos no valor de R\$ 824.964,43 da conta CEF 575268573-3 (Fundo Financeiro); na data de 25/03/2026 foi realizado Aplicação no Fundo BB FIC Tesouro Selic no valor de R\$ 24.559,73 da conta BB 106319-7; na data de 26/03/2026 foi realizado aplicação no Fundo Caixa Brasil Títulos Públicos no valor de R\$ 1.498.638,51 da conta CEF 575268565-2; Aplicação no Fundo Caixa Brasil Títulos Públicos no valor de R\$ 100.000,00 na conta CEF 575268566-0; Aplicação no Fundo Caixa Brasil Títulos Públicos no valor de R\$ 33.838,70 na conta CEF 575268567-9; Aplicação no Fundo Caixa Brasil Títulos Públicos no valor de R\$ 9.506,15 na conta CEF 575268573-3 e Resgate no Fundo Caixa Brasil Títulos Públicos no valor de R\$ 525.000,00 na conta CEF 575268565-2. A Diretora em seguida falou sobre o recebimento do Relatório de Avaliação Atuarial 2026 com data base de 31/12/2025 da empresa Lumens Atuarial no final de março/2026 e repassado pelo wat aos conselheiros do Instituto para leitura. Em relação ao DRAA o mesmo já foi inserido no CAPREV-web conforme determina o Ministério da Previdência Social. A base de dados utilizada para o estudo foi 31/07/2025, que possuía à época um contingente de 952 segurados beneficiários, distribuídos entre ativos, aposentados e pensionistas, sendo 636 do Fundo de Capitalização (plano Previdenciário) e 316 do Fundo de Repartição (Plano Financeiro). O Fundo de Capitalização do Instituto possuía como somatório dos ativos garantidores dos compromissos destinados à cobertura dos benefícios previdenciários assegurados pelo plano de benefícios um montante de R\$ 106.465.183,74, enquanto o Fundo em Repartição possuía um montante de R\$ 857.898,01. Assim, considerados os benefícios garantidos, as metodologias de cálculo, entre outras variáveis, a avaliação atuarial com data focal em 31/12/2025, apurou um superávit atuarial para o Fundo de Capitalização no valor de R\$ 17.674.272,67. Desse modo, em virtude de ter sido apurado um resultado de superávit atuarial no Fundo em Capitalização do IPRESANTOAMARO, depende-se a manutenção das alíquotas de custeio normal de 18% para o Ente Público e 14% para os segurados e beneficiários e não há a necessidade de se estabelecer plano de equacionamento de déficit atuarial. Já o Fundo de Repartição, por sua vez, apresentou como necessidade de custeio suplementar para cobertura da insuficiência financeira o montante de R\$ 225.208.651,19, considerando uma taxa de juros de 4,50% para compor o desconto dos fluxos de benefícios e contribuições, haja vista as determinações da Portaria nº 1.467/2022. Entretanto, se considerada a nulidade da taxa de juros, o montante necessário para a cobertura da insuficiência financeira será de R\$



**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS
DO MUNICÍPIO DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ/SC**

507.985.989,83. Desta forma, por se tratar de um plano estruturado em regime de repartição simples (regime de caixa), além da manutenção das alíquotas de custeio normal, necessária a complementação da folha de pagamentos dos benefícios vinculados ao Fundo de Repartição, haja vista a insuficiência de recursos financeiros. Em seguida a Diretora tomou a palavra e repassou aos Conselheiros que conforme combinado na reunião anterior, foi enviado ofício para a Câmara Municipal de esclarecimento e pedido de retratação pública por parte do Vereador Sergio Y. Itioka, sobre sua fala na 11ª sessão ordinária do legislativo, bem como encaminhado em carga o Processo Licitatório de Inexigibilidade de Licitação nº 09/2025 e contrato 17/2025 realizado com a Empresa SMI Consultoria. A diretora relatou que após a sessão o vereador veio ao Instituto de Previdência para se desculpar pessoalmente pelo ocorrido e inclusive solicitou que estendesse aos Conselheiros o pedido de desculpa. Além disso na sessão seguinte o Vereador subiu na tribuna legislativa e realizou a retratação. A Diretora também falou que num futuro próximo se colocou a disposição para quaisquer esclarecimentos sobre dúvidas dos atos e serviços do Instituto, já que a Câmara Municipal é fiscalizadora deste órgão. A Diretora comunicou que o CRP do Município vencerá na data de 24/05/2026 (domingo) portanto, devemos estar com todos os dados atualizados no CADPREV até a data de 22/05/2026. Para isso, a diretora solicitou que todos os conselheiros. Por último, a Diretora comunicou no dia 01/04/2026 foram aposentados os senhores Adilso Medeiros (Incapacidade) e Elacir Bernadete Ferreira (contribuição). Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às 15:40 horas, lavrada a competente ata, que vai assinada por todos os presentes.

Luciana de Oliveira
Diretora Executiva

João Romulo de Azevedo Phillipi
Conselheiro Administrativo

Aurineide Besen Pereira
Conselheira Administrativa

Alecsandra da Cunha
Conselheiro Administrativa

Ana Paula Kuhnen Martins
Conselheira Administrativa